



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

Parecer de 1º turno sobre Projeto de Lei nº 706/2023

RELATÓRIO:

É objeto deste parecer o Projeto de Lei nº 706/2023, de autoria do nobre vereador Rubão, que "Estabelece diretrizes para implantação do programa material escolar solidário no município de Belo Horizonte."

O projeto foi instruído com a legislação correlata conforme constante em fls. 3 a 8 e será apreciado em dois turnos, sendo necessária a maioria dos membros desta Câmara para sua aprovação.

Apreciado pela Comissão de Legislação e Justiça, o projeto recebeu aprovação em parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade (relator Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares).

Posteriormente, aportou na Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo a qual também assentiu com parecer pela aprovação do projeto de lei (relatora Marcela Trópia).

Prosseguindo, aportou na Comissão de Administração Pública a qual também assentiu com parecer pela aprovação do projeto de lei (relator Vereador Cláudio do Mundo Novo).

Seguindo o trâmite normal, o projeto aportou nesta Comissão Orçamento e Finanças Públicas para análise do mérito, sendo designado inicialmente o Vereador Bruno Miranda e, em segunda designação eu, Vereador José Ferreira, fui designado relator para a matéria e passo a emitir parecer, nos termos do art. 52, III, "b" e "c" do Regimento Interno desta Casa.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

FUNDAMENTAÇÃO:

O Projeto de Lei em análise que "Estabelece diretrizes para implantação do programa material escolar solidário no município de Belo Horizonte."

Prossigo na análise do mérito, com base nas alíneas "b" e "c" do inciso III, art. 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que trata da "repercussão financeira das proposições" e "compatibilidade das proposições com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual."

Importante salientar que, não cumpre a esta Comissão adentrar no mérito de questão que envolve a análise das demais comissões temáticas desta casa, assim, a análise será dos requisitos objetivos próprios desta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas.

O autor da proposição justifica que o "objetivo da proposta é promover a arrecadação de materiais escolares novos e usados junto à comunidade geral, visando o reaproveitamento e utilização destes materiais pelos alunos da rede municipal de ensino" e mais, "o programa visa também a proteção ambiental, uma vez que propõe usar produtos que certamente seriam descartados, representando perda de matéria prima e de toda energia despendida em seu processo de produção.

Não resta dúvida a importância educacional e social desta proposição, em que busca proporcionar a universalização, a qualidade e a igualdade do ensino ao promover o acesso a materiais escolares para todos os alunos da rede municipal de nossa cidade.

Posso acrescentar, ainda, que a reutilização de materiais, desde que em condições satisfatórias de uso, proporciona a economia de recursos públicos e está perfeitamente consoante com as boas políticas ambientais.

Sob a ótica dessa Comissão de Orçamento e Finanças, a proposição não traz repercussão financeira, além de promover o voluntariado e o engajamento da sociedade para esta nobre causa.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Assim não encontro óbices para a aprovação do Projeto de Lei nº 706/2023.

CONCLUSÃO:

Por todo o exposto, concluo este parecer pela **APROVAÇÃO** do projeto de lei nº 706/2023.

Belo Horizonte, 26 de outubro de 2023.


Vereador José Ferreira – PP

Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RESPOSTA EM PAUTA

38ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

A resposta em pauta já foi publicada e o conteúdo pode ser consultado diretamente no Portal da Câmara Municipal, <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes>, na pesquisa pelo tipo de proposição “Requerimento de Comissão”, seguido do respectivo número do requerimento e do ano.



Ofício PBH Ativos/CMBH nº 108/2023

Belo Horizonte, 27 de outubro de 2023

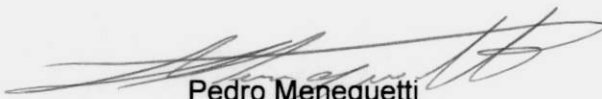
Ref.: Demonstrações Financeiras – 1º semestre de 2023.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 7º da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010, encaminhamos ao digno Presidente, para apreciação, as Demonstrações Financeiras da PBH Ativos S/A referentes ao 1º semestre de 2023, incluindo o Relatório de Auditoria, elaborado pelos Auditores Independentes.

Colocando-me à disposição, caso necessário maiores esclarecimentos junto à Câmara Municipal de Belo Horizonte, conforme previsto no artigo 10, da citada Lei 10.003/2010.

Atenciosamente,



Pedro Meneguetti
Diretor Presidente
PBH Ativos S.A.

Ao
Excelentíssimo Senhor
Vereador Gabriel Sousa Marques de Azevedo
D.D. Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte
CMBH

PBH ATIVOS S.A

Informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2023

Conteúdo

**Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias
Balanços patrimoniais**

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas Explicativas às informações contábeis intermediária





Russell Bedford
taking you further

PBH ATIVOS S.A.

Relatório de revisão das informações contábeis
intermediárias

Referente ao 1º semestre do exercício de 2023.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem



Russell Bedford

taking you further

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

**Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da
PBH ATIVOS S.A.**

Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial intermediário da PBH ATIVOS S.A. ("Companhia"), em 30 de junho de 2023, e as respectivas demonstrações intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é a responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstrações Intermediárias. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o alcance de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração de demonstrações contábeis intermediárias.



Russell Bedford

taking you further

Ênfase

Aplicações vinculadas

Chamamos a atenção para a informação, nas notas explicativas nº 8 e nº 12.2, de que o contrato das debêntures de 2ª emissão da PBH Ativos teve o seu cronograma de amortização encerrado em abril de 2021 sem que houvesse sua quitação integral, em face da medida cautelar proferida pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) no âmbito da Representação 1.024.572 - Apenso 1.031.793. A PBH Ativos mantém saldo em aplicação financeira vinculada ao Banco do Brasil nº 18.120-X no importe de R\$ 5,8 milhões (R\$ 5,5 milhões em dezembro de 2022), destinado aos pagamentos das parcelas do período de julho/2020 a abril/2021 a favor dos debenturistas de mercado (Debêntures de 2ª Emissão), até o trânsito em julgado da decisão de mérito. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Barueri, 25 de agosto de 2023.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

PBH ATIVOS S.A.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

**Ativo**

	Notas	30/06/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	112.966	125.891
Aplicações vinculadas	8	5.779	5.498
Créditos a receber	4	24.141	216.785
Impostos a recuperar	5	1.163	1.458
Antecipação de impostos	6	31.321	0
Outros ativos		8	8
		175.378	349.640
Não circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Créditos a receber	4	179.549	190.195
Depósitos judiciais	7	-	28.149
Garantias e cauções	9.1	183.660	169.932
Créditos fiscais	22.2	-	8.203
Bens destinados à venda	10	10.010	10.010
Imobilizado	11	29.723	29.615
		402.942	436.104
Total do ativo		578.320	785.744

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	30/06/2023	31/12/2022
Circulante			
Debêntures	12	5.779	199.241
Fornecedores		185	72
Impostos e obrigações a recolher	13	32.438	424
Salários, remunerações e encargos sociais	14	495	453
Provisões trabalhistas	15	692	361
Juros s/ capital próprio	16	30.000	-
Outros passivos		21	185
		69.610	200.736
Não circulante			
Debêntures	12	-	-
Garantias e cauções passivas	9.2	5	5
Tributos diferidos	22.1	33.410	76.172
Contingência fiscal	7	-	28.149
		33.416	104.326
Patrimônio líquido			
Capital social	17.1	284.280	284.280
Reserva de lucros	17.2	191.013	196.402
		475.294	480.682
Total do passivo e patrimônio líquido		578.320	785.744

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

PBH ATIVOS S.A.

Demonstrações do resultado do período
Em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)



	Notas	30/06/2023	30/06/2022
Receitas	18	27.772	34.344
Custos	19	(11.208)	(21.502)
Lucro bruto		16.564	12.842
Despesas com pessoal		(3.306)	(1.927)
Despesas administrativas		(1.843)	(1.819)
Despesas tributárias	20	(8.489)	(2.308)
Atualização depósitos judiciais	7	0	0
Atualização monetária (correção saldo negativo de IRRF)		0	0
Outras receitas e despesas operacionais		143	34
		(13.495)	(6.019)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		3.069	6.823
Receitas financeiras	21	19.217	14.575
Despesas financeiras		(345)	(367)
Receitas financeiras líquidas		18.872	14.208
Resultado antes dos impostos		21.940	21.031
Imposto de Renda e CSLL	22	(31.887)	(4.281)
Provisão Imposto diferidos	22.1	42.760	(1.726)
Reversão crédito fiscal sobre compensação de prejuízo	22.2	(8.203)	(1.841)
		2.671	(7.849)
Lucro líquido do período		24.611	13.182
Lucro líquido do período por ação		0,75	0,40

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

PBH ATIVOS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)



	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Lucro líquido do período	24.611	13.182
Outros resultados	<u>0</u>	<u>0</u>
Resultado abrangente do exercício	24.611	13.182

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

PBH ATIVOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)



	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Lucros/prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Lucros a destinar		
Saldos em 1º de janeiro de 2022		284.280	10.295	138.409	-	432.984
Lucro líquido do período		-	-	-	13.182	13.182
Transferências para reservas			659	12.523	(13.182)	-
Saldos em 30 de junho de 2022		284.280	10.954	150.932	-	416.166
Saldos em 1º de janeiro de 2023		284.280	12.680	183.722	-	480.682
Lucro líquido do período	17.2	-	-	-	24.611	24.611
Transferências para reservas	17.2	-	1.231	23.380	(24.611)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	(30.000)	-	(30.000)
Saldos em 30 de junho de 2023		284.280	13.911	177.102	-	475.294

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

PBH ATIVOS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto
Em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)



	30/06/2023	30/06/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	24.611	13.182
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	24	19
Variação monetária líquida	(5.282)	(10.509)
Ajuste a valor justo	(9.944)	0
Custo de captação amortizado	0	0
Despesas de juros	0	0
Provisão de Impostos diferidos	(42.760)	1.727
Provisão para contingências	983	2.059
Créditos fiscais	8.203	1.841
Juros reconhecidos sobre créditos a receber	(672)	(2.105)
	(24.837)	6.214
Aumento líquido/(redução) nos ativos		
Recebimento de créditos	27.843	52.189
Impostos a recuperar	295	6
Aplicações vinculadas	(281)	(208)
Antecipação de Impostos	(31.321)	(3.149)
Outros Ativos Circulantes	0	(27)
Realizável a Longo Prazo	(14.711)	(13.686)
	(18.175)	35.125
Aumento líquido/(redução) nos passivos		
Fornecedores	113	24
Impostos e obrigações a recolher	32.014	4.031
Obrigações sociais e trabalhistas	42	41
Provisões trabalhistas	331	185
Outros Passivos	(164)	2
	32.336	4.283
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	(10.676)	45.622
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição imobilizado/intangíveis	(132)	0
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(132)	0
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	0	0
Amortização de debêntures	(2.117)	(26.059)
Juros pagos sobre debêntures	0	0
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamentos	(2.117)	(26.059)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(12.925)	19.563
Caixas e equivalentes no início do período	125.891	102.279
Caixas e equivalentes no final do período	112.966	121.842
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(12.925)	19.563

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

1. Contexto operacional

A PBH Ativos é uma sociedade de economia mista registrada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 29 de março de 2011, com prazo de duração indeterminado, detendo o Município de Belo Horizonte/MG a quase totalidade de suas ações, tendo como objetivo, principalmente, titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros; auxiliar o município na realização de investimentos em geral e em projetos de concessão ou parceria público privada, podendo para tanto dar garantias ou assumir obrigações; licitar ou realizar obras mediante convênio ou contrato com órgãos ou entidades da Administração Pública Indireta do Município.

Não foram identificados impactos que requeressem ajustes sobre as Informações Contábeis Intermediárias individuais de 30 de junho de 2023.

2. Políticas contábeis

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo os princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na Elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2022. Desta forma, estas demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis.

Todas as informações financeiras estão apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1 Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão dessas Demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pela administração da PBH Ativos S.A. em 23 de agosto de 2023.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, bancos, numerários em trânsito e aplicações financeiras. Estão representados pelos valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

Em 30 de junho de 2023, os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentam os seguintes valores:

Descrição	Notas	30/06/2023	31/12/2022
Caixa e bancos		-	-
Aplicações financeiras	3.1	112.966	125.888
Numerários em trânsito	3.2	0	3
		<u>112.966</u>	<u>125.891</u>

3.1 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são representadas por fundos de investimentos de liquidez e rentabilidade diárias, atrelados à taxa de juros do Certificado de Depósito

Interbancário "CDI", com remuneração de aproximadamente 100% do CDI.

São gerenciados pela Companhia para cumprimento de seus compromissos de curto prazo.

3.2 Numerários em trânsito

Correspondem aos valores dos direitos creditórios (nota 4.2) reconhecidos no decorrer do exercício que ainda não integraram o saldo de bancos na conta corrente da empresa no fim do mês.

4. Créditos a receber

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do balanço patrimonial. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultados.

O saldo a receber é originado das operações referentes aos direitos de créditos junto a Copasa MG e dos Direitos Autônomos de Recebimento de Créditos adquiridos do Município, e foram cedidos fiduciariamente para as garantias de PPP e para a operação de debêntures, respectivamente.

São tratados como mantidos até o vencimento considerando que não podem ser negociados no mercado face às suas naturezas e origens.

Os saldos em 30 de junho de 2023 estão assim apresentados:

Descrição	Notas	30/06/2023	31/12/2022
Copasa MG	4.1	23.940	23.015
Direitos Creditórios a Receber	4.2	0	193.745
Clientes		174	0
Créditos a Restituir PMBH		27	25
Circulante		24.141	216.785
Copasa MG	4.1	179.549	184.973
Direitos Creditórios a Receber	4.2	0	5.222
Não circulante		179.549	190.195
Total		203.690	406.980

4.1 Créditos COPASA MG a receber

Correspondem a créditos detidos pelo Município de Belo Horizonte/MG perante a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, transferidos para a PBH Ativos S/A a título de subscrição de capital social realizada em 29 de maio de 2012, com vencimento em junho de 2031.

Estes créditos são provenientes de instrumento contratual celebrado entre o Município de Belo Horizonte, a COPASA MG e a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) e do Termo de Reconhecimento de Dívida. Foram dados, pela PBH Ativos, como garantia em PPP's do Município, sendo que seu recebimento ocorre em contas bancárias gravadas de penhor em favor das concessionárias (nota nº 9).

O saldo contábil desse crédito em 30/06/2023 reflete as amortizações ocorridas e atualizações mensais pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2022	Transferências	Atualizações	Amortização	30/06/2023
Circulante	23.015	12.738		(11.813)	23.940
Não Circulante	184.973	(12.738)	7.314		179.549
Total	207.988	0	7.314	(11.813)	203.489

Destaca-se, ainda, que as contas a receber do Fluxo da COPASA tem as suas parcelas adimplentes na data 30/06/2023, em congruência com o fluxo das garantias nos contratos de Parcerias Público-Privadas assinados pela Administração Pública Municipal.

4.2 Direitos creditórios a receber

Provenientes da Cessão de Direitos de Créditos Autônomos realizada pelo Município de Belo Horizonte, em 01 de abril de 2014, e voltada para a subscrição integral de debêntures subordinadas, não conversíveis em ações, de forma privada, no valor nominal de R\$ 880.320 mil, com vencimento em abril de 2035.

Foram reconhecidos inicialmente pelo valor do principal do parcelamento acrescidos de atualização monetária, multa e juros até a data de cessão, 01 de abril 2014, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros com base no Fluxo de Recebimento de Parcelamentos Ativos e dos Juros, constante no contrato de cessão.

São atualizados em 1º de janeiro de cada ano pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, além de sofrer incidência, mensalmente, de juros de 1% ao mês sobre o valor do principal atualizado, de acordo com as legislações e resoluções fiscais aplicáveis aos créditos originários.

Em abril de 2023 a carteira dos Direitos Creditórios foi dada em pagamento para liquidação do saldo devedor das Debêntures Subordinadas, nos termos da cláusula 4.5.3 da Escritura de 1ª Emissão, tendo em vista o vencimento desta em 03 de abril de 2023 (nota 12.1).

Para a composição dos valores e acerto de contas foram considerados os valores constantes nos relatórios emitidos pela Secretaria Municipal de Fazenda - SMFA e o saldo remanescente das Debêntures Subordinadas, conforme demonstrado a seguir:

Encerramento Operação Direitos Creditórios / Debêntures Subordinadas - Posição em 03/04/2023

Saldo dos 1.247 parcelamentos ativos:	52.754
Saldo dos 26.824 lançamentos cedidos e não parcelados:	145.255
Recomposição de valores indenizáveis (*)	15.925
Saldo Credor Direitos Creditórios em 03/04/2023:	213.934
Saldo debêntures subordinadas no vencimento:	202.834
Saldo Devedor Debêntures em 03/04/2023:	202.834
Saldo Credor no Encerramento da Operação:	11.100

(*) valores referentes a recomposição de baixas efetuadas na carteira de direitos creditórios a título de descontos e/ou bônus concedidos pelo Município à contribuintes, em decorrência de débitos parcelados ou pagamentos à vista.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho 2023
(em milhares de reais)



Nesse sentido, considerando inclusive o objeto único da operação, a saber, lastreamento da operação de securitização de recebíveis, procedeu-se o encerramento da cessão com acerto de contas entre as Partes, com saldo credor para a PBH Ativos no valor de R\$ 11.100.003,28 (onze milhões, cem mil, três reais e vinte e oito centavos), o qual foi liquidado em 30 de junho de 2023, conforme previsto no "Termo de Mútua Quitação Referente à Cessão de Direitos de Créditos Autônomos Pelo Município e Às Debêntures Subordinadas Emitidas Pela PBH Ativos S.A.".

Por conseguinte, a movimentação dos saldos classificados em circulante e não circulante estão assim demonstrados:

	31/12/2022	Transferências	AVJ	Atualizações	Amortização	30/06/2023
Dir. Creditórios a Receber						
	161.333	57.706			(219.039)	0
Ajuste a valor justo	38.703	(38.703)				0
(-) Enc. Financ. a Realizar	(6.291)	5.619			672	0
Circulante	193.745	24.622	0	0	(218.367)	0
Dir. Creditórios a Receber						
	5.222	(14.678)		9.456		0
Ajuste a valor justo	0	(9.944)	9.944			0
(-) Enc. Financ. a Realizar	0	0				0
Não Circulante	5.222	(24.622)	9.944	9.456	0	0
Total	198.967	0	9.944	9.456	(218.367)	0

Os saldos finais dos Direitos Creditórios estão demonstrado a seguir:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Direitos Creditórios	0	161.333
(-) Enc. Financ. a realizar	0	(6.291)
Ajuste a Valor Justo a realizar	0	38.703
Circulante	0	193.745
Direitos Creditórios	0	5.222
(-) Enc. Financ. a realizar	0	0
Ajuste a Valor Justo a realizar	0	0
Não Circulante	0	5.222
Total Direitos Creditórios a Receber	0	198.967

5. Impostos a recuperar

Referem-se a créditos de PIS/COFINS, INSS e Saldos Negativos de IRPJ e CSLL.

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
INSS	1	1
PIS/COFINS/IRRF	4	1.319
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	1.158	138
	1.163	1.458

Os valores são demonstrados em 30 de junho de 2023, conforme quadro a seguir:

O aumento do saldo negativo em 2023 refere-se ao imposto de renda sobre aplicação financeira retidos no período de 2022 e não compensados na apuração do IRPJ e CSLL sobre o pagamento por estimativas.

Em julho/2023, após a apresentação da Escrituração Fiscal Digital (ECF), ano calendário de 2022, serão providenciados os trâmites legais para a formalização dos créditos na DCOMP para a compensação com débitos devidos de natureza fiscal.

6. Antecipação de impostos

Em 30 de junho de 2023, a Companhia possui créditos tributários originados por montantes antecipadamente pagos por estimativa de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 31 milhões, regulamentados pelos artigos nº 219, 229 e 921 do Decreto nº 9.580/18.

O aumento expressivo dos impostos é decorrente da realização da receita diferida dos Direitos Creditórios Autônomos (nota 4.2) e, por conseguinte, do passivo fiscal diferido (nota 22.1), diante do encerramento da cessão de créditos e liquidação dos valores a receber.

7. Depósitos judiciais e contingências fiscais

Através do Mandado de Segurança nº 0014187-35.2016.4.01.3800, distribuído em 14 de março de 2016, a Companhia contestava a validade do Decreto nº 8.426/15, que elevou de 0% para 4,65% a alíquota de incidência da Contribuição para PIS/COFINS sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa, e passou a recolher os valores dos referidos tributos através de depósitos em juízo a partir de 18 de março de 2016, após deferido o pedido liminar.

Diante da denegação do Mandado de Segurança em 28 de agosto de 2018, o litígio foi classificado pelos seus assessores jurídicos como perda provável, sendo constituído, portanto, pela Companhia, provisão de contingência no mesmo montante do depósito judicial.

Em 2023, observada a decisão do Recurso Extraordinário 1.043.313/RS - Tema 939 da Repercussão Geral - e da ADIn 5.277/DF, a Companhia requereu a desistência do Mandado de Segurança em março de 2023, sendo homologada no mesmo período, com o certificado o trânsito em julgado emitido em 24/04/2023.

Assim, em atenção à homologação da desistência do Mandado de Segurança e o trânsito em julgado da sentença, a Companhia procedeu a baixa dos valores provisionados a título de depósitos judiciais em contrapartida ao passivo contingente, no valor de R\$ 29,1 milhões.

7.1 Outras demandas judiciais

Encontram-se também em andamento ação popular de natureza civil cuja natureza é discussão sobre o pedido de suspensão de alienação dos terrenos da PBH Ativos, contestação por conta da alteração da lei 13.780/2018, que passou a ser vedada a compensação de créditos de qualquer natureza com débitos decorrentes da estimativa mensal do IRPJ e CSLL, por exemplo. O desfecho destas ações judiciais discutidas pela PBH Ativos em juízo é considerado pelos assessores jurídicos como perda possível.

O processo de identificação, classificação e avaliação de riscos dos processos judiciais é realizado pelos Assessores Jurídicos da Companhia com o acompanhamento, participação e monitoramento da Diretoria e do Conselho de Administração.

- **Mandado de Segurança - 1009059-46.2018.4.01.3800 (Natureza tributária)**

Trata-se de Mandado de Segurança em que a PBH ATIVOS pede a concessão da segurança para que reste reconhecido o seu direito de poder quitar débitos de IR e de CSLL sem a restrição introduzida pelo inciso IX do §3º do artigo 74 da Lei 9.430/1996, trazido pela Lei 13.670/2018, ou seja, podendo fazê-lo via compensação, tal qual autorizado antes do advento do referido diploma legal. O valor da causa estimado é de R\$ 9,3 milhões (vide nota 13.1).

- **Ação Civil Pública - 5044155-98.2017.8.13.0024 - (Natureza Cível)**

Trata-se de Ação Civil Pública. Apurar supostas irregularidades no que tange aos benefícios e ao recebimento de altos salários por parte dos agentes públicos vinculados a PBH ATIVOS S/A. sociedade de economia mista municipal, integrante da Administração Indireta Municipal. A PBH Ativos informa nos autos que foi aprovado o Plano de carreira, Cargo e Salário, bem como a realização de concurso público. O concurso foi homologado e as nomeações dos aprovados iniciadas desde 2019. Valor da causa: R\$ 1 mil.

- **Ação Civil Pública - 5180356-63.2018.8.13.0024- (Natureza Cível)**

Trata-se de ação sobre Concurso Público, que foi ajuizada pela candidata alegando suposto preterimento no chamamento público do 1º Concurso Público da PBH Ativos. Vaga reservada para eventual posse. Valor da causa: R\$ 75 mil.

O desfecho destas ações judiciais discutidas pela PBH Ativos em juízo é considerado pelos assessores jurídicos como perda possível.

O processo de identificação, classificação e avaliação de riscos dos processos judiciais é realizado pelos Assessores Jurídicos da Companhia com o acompanhamento, participação e monitoramento da Diretoria e do Conselho de Administração.

8. Aplicações vinculadas

Corresponde à aplicação financeira vinculada ao Banco do Brasil nº 18.120-X no importe de R\$ 5,8 milhões (R\$ 5,5 milhões em dezembro de 2022), destinada aos pagamentos das parcelas do período de julho/2020 a abril/2021 a favor dos debenturistas de mercado (Debêntures de 2ª Emissão), conforme decisão cautelar nos Autos de Representação nº 1.024.572 que tramita perante a 1ª Câmara do Tribunal de Contas de Minas Gerais - TCE/MG (nota nº 12.2 e 12.2.1).

9. Garantias e cauções

9.1 Garantias e cauções classificadas no Ativo Não Circulante

Representadas por contas aplicações financeiras em fundos de investimentos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal.

São destinadas a prover garantia na Parceria Público Privada (PPP) junto à Secretaria Municipal de Educação para construção das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), prover garantia na PPP da Saúde (UBS) e prover garantia na PPP junto à Secretaria Municipal de Saúde para construção do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro (HMDCC).

Conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Aplic. Financeira - CEF 3491-8 (EMEIS)	6.985	6.988
Aplic. Financeira - CEF 3791-7 (UBS)	27.200	25.801
Aplic. Financeira - CEF 3483-7 (HMDCC)	149.475	137.143
	183.660	169.932

9.2 Garantias e cauções classificadas no Passivo Não Circulante

Os valores indicados no Passivo Não Circulante a título de "Garantias e Cauções" referem-se a cauções contratuais com fornecedores. Em 30 de junho de 2023 é R\$ 5 (R\$ 5 saldo em dezembro de 2022).

10. Bens destinados à venda

Compreendem terrenos adquiridos em abril de 2012 junto à União por meio de financiamento com a Caixa Econômica Federal, cujo valor de aquisição foi de R\$ 10.010 mil.

Os terrenos foram destinados ao Município de Belo Horizonte, através de um termo de permuta de bens imóveis e cessão de uso gratuito com o Município de Belo Horizonte, realizado em 30 de abril de 2015, para edificação da nova rodoviária da Prefeitura.

Deste modo, considerando o tempo a transcorrer do processo de permuta com o cronograma da referida obra, foi cedido pela Companhia ao Município o uso gratuito dos terrenos até que efetive a permuta por outros imóveis do Município.

Em junho de 2021 foi elaborado um laudo de avaliação dos terrenos do Bairro São Gabriel pelo "Método comparativo direto de dados de mercado", para a definição do valor do imóvel, conforme os termos da NBR 14653. A avaliação foi realizada pela empresa Safira Engenharia Ltda e como conclusão dos estudos não houve indicações de perda de valor econômico.

Em 2022 foi feita uma avaliação junto com a Subsecretaria da Receita Municipal por meio da metodologia de cálculo do ITBI e a conclusão apresentada é sem indicações de perda de valor econômico.

11. Ativo imobilizado

O Ativo Imobilizado é representado por terrenos integralizados em 2014 e 2015, no importe de R\$ 29.426 mil e por bens que contribuem para a realização do objeto social da Companhia.

Os bens corpóreos e os intangíveis são registrados pelo custo de aquisição e são depreciados e/ou amortizados baseando-se no método linear.

Em 2022, a Companhia contratou uma empresa de serviços técnicos especializado para elaboração de laudo de avaliação dos imóveis urbanos de sua propriedade, utilizando-se como método comparativo direto de dados de mercado - Estatística Inferencial, nos termos da ABNT, concluído em fevereiro de 2023. A avaliação foi realizada pela Engenharia Macluf Ltda ME e a conclusão, pela Companhia, é de que não há necessidade de registro de perdas por desvalorização sobre o montante contabilizado.

Conforme orientação técnica do CPC 01 ("Redução ao Valor Recuperável dos Ativos"), a Companhia de 2018 até o momento avalia internamente se há alguma indicação de que os imóveis de sua propriedade apresentam alguma indicação de desvalorização. A avaliação é feita pela Subsecretaria da Receita Municipal por meio da metodologia de cálculo do ITBI e a conclusão apresentada é sem indicações de perda de valor econômico.

A posição patrimonial da PBH Ativos, em 30 de junho de 2023 é a seguinte:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Terrenos	29.426	29.426
Computadores e periféricos	142	17
Móveis e utensílios	59	69
Máquinas e equipamentos	2	3
Benfeitorias	94	100
	29.723	29.615

Os Terrenos são classificados como Ativo Imobilizado considerando a revogação do processo licitatório nº 01.047.202/15-56 para alienação dos terrenos, conforme consta em Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia na data 30 de março de 2017, sem previsões de alienação.

A movimentação do ativo imobilizado pode ser assim demonstrada:

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Depreciação	Aquisições	Saldo em 30/06/2023
Terrenos	29.426	0	0	29.426
Comp. e perif.	17	7	132	142
Móveis e utensílios	69	10	0	59
Máq. e equip.	3	1	0	2
Benfeitorias	100	6	0	94
Total	29.615	24	132	29.723

12. Debêntures

Os saldos das Debêntures em 30 de junho de 2023 estão assim apresentados:

Descrição	Notas	30/06/2023	31/12/2022
Debêntures 1ª Emissão	12.1	0	193.743
Debêntures 2ª Emissão	12.2	5.779	5.498
Circulante		5.779	199.241
Debêntures 1ª Emissão	12.1	0	0
Debêntures 2ª Emissão	12.2	0	0
Não circulante		0	0
Total		5.779	199.241

12.1 Debêntures - 1ª Emissão

Correspondiam a debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, emitidas em 1 de abril de 2014 para subscrição privada, as quais foram inteiramente subscritas pelo município de Belo Horizonte e integralizadas mediante a cessão de Direitos de Crédito Autônomos, no importe total de R\$ 880.320.000 (correspondente a 88.032 debêntures subordinadas emitidas com valor nominal unitário de R\$ 10 mil), com prazo de vencimento findo em abril de 2023.

Eram atualizadas pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos meses de janeiro de cada ano, calculado sobre o saldo devedor em 31 de dezembro do ano anterior (nos mesmos moldes da atualização dos Direitos Creditórios).

Em janeiro de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 11,2 milhões (R\$ 21,5 milhões em 2022) a título de atualização monetária sobre o saldo devedor das referidas debêntures e, tendo em vista o encerramento do cronograma de pagamento em abril/2023, o saldo devedor foi liquidado no seu vencimento mediante dação em pagamento da carteira dos Direitos Creditórios, nos termos da cláusula 4.5.3 da Escritura de 1ª Emissão. (nota 4.2).

Dessa forma, resta zerado o saldo das Debêntures de Primeira Emissão em 30 de junho de 2023 (R\$ 194 milhões – 31/12/2022).

12.2 Debêntures - 2ª Emissão

Constituídas por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de Direitos Creditórios Autônomos, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

Na data da emissão, 15 de abril de 2014, correspondiam a 2.300 debêntures com valor unitário de R\$ 100 mil, no montante total de R\$ 230 milhões, com prazo de vencimento em 15 de abril de 2021. Em 09 de maio de 2016 foi celebrado o terceiro aditamento com alterações no cronograma de amortização das Debêntures, modificando os percentuais de amortização previstos para os meses de maio de 2016 a abril de 2021.

Foram atualizadas mensalmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com pagamentos mensais de amortizações e de juros à taxa de 11% a.a até o seu vencimento.

Os saldos contábeis foram reconhecidos pelo valor justo no momento inicial e posteriormente mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O contrato das debêntures de 2ª emissão da PBH Ativos teve o seu cronograma de amortização encerrado em abril de 2021 sem que houvesse sua quitação integral, em face da medida cautelar proferida pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) no âmbito da Representação 1.024.572 - Apenso 1.031.793 (vide nota 12.2.1).

As parcelas devidas e não pagas de julho/2020 até abril/2021 estão retidas na conta número: 18.120-X, agência 1615-2, do banco do Brasil ("contas de Pagamento"), conforme decisão do TCE, o que representa um saldo em 30 de junho de 2023 de R\$ 5,8 milhões (R\$ 5,5 milhões em dezembro de 2022).

12.2.1 Informação sobre acórdão TCE-Representação 1.024.572

Em 17 de junho de 2020, o acórdão do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) referendou a medida cautelar proferida no âmbito da Representação 1.024.572 (Apenso 1.031.793) que discute, dentre outros pontos, aspectos da "Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não-conversíveis, com Garantia Real, em Série Única, Com Esforços Restritos de Colocação" realizada pela Companhia. A Emissora foi intimada acerca do acórdão no sentido de que fosse suspenso, em caráter acautelatório, o pagamento das parcelas diretamente aos debenturistas de mercado e de que tais valores fossem depositados numa conta apartada com aplicação financeira de liquidez diária.

No referido acórdão, determinou-se que o Banco Centralizador e o Agente Fiduciário adotassem medidas para o cumprimento do acima citado, de acordo com o prazo de amortização previsto no cronograma da operação, até a superveniência da decisão definitiva pelo Tribunal.

Na oportunidade, o Tribunal de Contas afastou a possibilidade de o Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora em razão dessa decisão. Além de ter frisado que as determinações expedidas ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário proibem a interrupção de qualquer transferência para a conta de livre movimentação e a retenção de valores das contas vinculadas.

A PBH Ativos indicou o domicílio bancário exclusivo para o cumprimento do acórdão, bem como o Agente Fiduciário e Banco Centralizador cumpriram o determinado pelo Tribunal, já a partir da parcela subsequente, de julho de 2020.

Em 18 de abril de 2020, o acórdão, analisando o mérito das Representações, foi publicado pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG). O julgamento afastou eventual dano ao erário e ofensa ao princípio da economicidade, de modo que os recursos poderiam ser levantados pelo debenturista de mercado. Ocorre que, em maio de 2023, foram opostos Embargos de Declaração e Interpostos Recursos Ordinários, ainda pendentes de julgamento na data de fechamento destas demonstrações.

13. Impostos e obrigações a recolher

Os saldos referentes aos Impostos e Obrigações a Recolher são apresentados conforme quadro a seguir:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
CSLL	8.445	270
IRPJ	23.445	0
PIS/COFINS Receita Financeira	411	0
PIS/COFINS/CSLL/ISS a recolher	6	4
IRRF	131	150
	32.438	424

Os saldos de IRPJ e CSLL em 30/06/2023 são apurados mensalmente para efeito de suspensão/redução do pagamento, sendo devidos no final do exercício de 2023, os quais serão compensados com os pagamentos antecipados destacados na Nota Explicativa nº6.

13.1. Compensação dos débitos de estimativas de IRPJ e CSLL do ano de 2018.

Em agosto de 2018 foi impetrado pela Companhia o Mandado de Segurança nº 1009059-46.2018.4.01.3800, com pedido de liminar, em decorrência da publicação da Lei Federal nº 13.670/2018, que restringiu os contribuintes de utilizarem os créditos de saldos negativos de IRPJ e CSLL por meio de compensação (PER/DCOM) de tributos federais estimado.

O Mandado de Segurança baseia-se nos princípios da segurança jurídica, com o intuito de que possa compensar os débitos IRPJ e CSLL desde o mês de maio de 2018.

Em 10 de agosto de 2018 foi concedido à Companhia liminar para suspender a exigibilidade do inciso IX do parágrafo 3º do artigo 74 da Lei 9.430/96, na redação da Lei 13.670/2018, autorizando a utilização dos créditos de Saldos Negativos de IRPJ e CSLL para compensação dos débitos de IRPJ e CSLL até o mês de dezembro daquele ano.

Foram compensados por meio de formulários os débitos de IRPJ (R\$ 3,6 milhões e CSLL (1,4 milhões) com os créditos de saldo negativo.

Os Autos foram então remetidos ao TRF1 (Tribunal Regional Federal de 1ª Região) e aguarda despacho decisório desde 16/08/2019.

Os assessores jurídicos da Companhia entendem que a probabilidade de perda é possível (nota 7.1).

14. Salários, remunerações e encargos sociais

Em 30 de junho de 2023, o saldo da conta de salários, remunerações e encargos sociais estão assim demonstrados:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Ordenados e salários	336	282
FGTS a recolher	28	37
INSS e RPPS a recolher	131	134
	495	453

15. Provisões trabalhistas

Os saldos referentes às provisões são apresentados conforme quadro a seguir:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Provisão para Férias e 13º salário	374	267
Encargos s/ Provisão de Férias e 13º salário	131	94
	692	361

16. Juros sobre capital próprio

A Companhia provisionou a distribuição de juros de capital próprio para o exercício de 2023, conforme artigo 9º, parágrafo 7º da Lei Federal n. 9.249/95, no valor de R\$ 30 milhões, a ser destinado para aumento de capital social da Companhia. Assim que o recurso for integralizado, o mesmo será incorporado ao capital social da PBH Ativos, conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária do dia 27 de abril de 2023.

17. Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 30 de junho de 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 284,3 milhões, representado por 32.851.182 ações ordinárias.

17.2 Reservas

a) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva de lucros

Composto pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício subtraído da reserva legal. Nos termos do inciso III do parágrafo 3º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, a proposta da atual administração é destinar a retenção de todo o lucro líquido incorrido até o presente exercício para Reserva de Lucros a Destinar, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária.

18. Receitas

Em 30 de junho de 2023 as receitas da Companhia são compostas pelos seguintes valores:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Juros (nota nº 18.1)	672	2.105
Atualização de Créditos (nota nº 18.2)	16.771	32.217
Ajuste a valor justo (nota nº 4.2)	9.944	0
Prestação de Serviços (nota nº 18.3)	447	25
(-) Deduções		
ISSQN / PIS / COFINS / Desc. Incondicionais	(62)	(3)
	27.772	34.344

18.1 Juros auferidos

São juros incidentes sobre os valores dos "Direitos Creditórios" reconhecidos pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros, que desconta os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do ativo financeiro (vide nota 4.2).

18.2 Atualização de créditos

Decorrem, principalmente, da atualização do saldo dos créditos relativos ao Convênio COPASA-MG e do saldo credor dos Direitos Creditórios (vide notas 4.1 e 4.2).

A classificação do ativo financeiro – Direitos Creditórios (nota 4.2) é baseada no modelo no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Contudo, como não é possível estimar de forma confiável, os fluxos de caixa ao longo de todo o instrumento contratual por conta da natureza dos parcelamentos dos rompidos, inadimplência e entre outros fatores, portanto, por conservadorismo, em atenção ao CPC 48, utilizamos o fluxo de caixa contratual longo de todo o termo contratual do instrumento financeiro.

18.3 Prestação de Serviços

Receitas de prestação de serviços para análise de modelagem econômico-financeira e jurídica para os contratos de convênios.

19. Custos

São reconhecidos como custos operacionais os valores incorridos na operação das Debêntures.

Em 30/06/2023 os custos são compostos pelo seguinte valor:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Atualização s/ Debêntures	(11.208)	(21.502)
	(11.208)	(21.502)

20. Despesas tributárias

As despesas tributárias da Companhia em 30 de junho de 2023 estão assim demonstradas:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
PIS/COFINS Receita Financeira	(7.232)	0
Processos fiscais (nota nº 7)	(983)	(2.059)
IPTU	(273)	(247)
Outros	(1)	(2)
	(8.489)	(2.308)

21. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro da Companhia em 30 de junho de 2023 está assim demonstrado:

Composição	30/06/2023	30/06/2022
Receitas c/ aplicações financeiras	19.213	14.569
Outras receitas financeiras	4	6
Total Receitas Financeiras	19.217	14.575
Comissões despesas bancárias	(45)	(41)
Variação monetária	(281)	(208)
IOF	(19)	(118)
Total Despesas Financeiras	(345)	(367)
Resultado Financeiro do Período	18.872	14.208

22. Impostos de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL com base no Lucro Real anual, apurados mensalmente para efeito de suspensão/redução do pagamento.

O IRPJ sobre lucro líquido é calculado com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil e a CSLL do exercício corrente é calculada com base na alíquota de 9%, também sobre o lucro tributável.

Ambos tributos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitadas a 30% do lucro real.

Considerando suas características e legislação vigente, as receitas não efetivamente realizadas no período são excluídas da base de cálculo para fins de apuração,

Deste modo, os tributos definitivos são apurados ao término do exercício, conforme demonstrado a seguir:

Composição	30/06/2023	30/06/2022
Resultado Contábil	24.611	13.182
Provisões não dedutíveis	(41.778)	3.786
(=) Lucro Líquido	(17.167)	16.968
(+) Adições	192.595	35.405
(-) Exclusões	(27.472)	(34.325)
Resultado Fiscal	117.955	18.048
(-) Comp. Prejuízo/Base Negativa de Exerc. Anteriores	(24.127)	(5.414)
Base de Cálculo	93.828	12.634
IRPJ	(23.445)	(3.144)
CSLL	(8.445)	(1.137)
IR/CSLL corrente	(31.887)	(4.281)

22.1 Provisão de imposto de renda e contribuição social sobre receita não realizada

De acordo com o inciso "a" e "b" do artigo 3º do Decreto nº 1.578/77 e atualizado pelo Decreto nº 1.698/78, o artigo 10º da IN nº 21/79 e IN nº 1.700/2018, a Companhia realiza o diferimento do IRPJ e da CSLL sob as receitas não realizadas de atualização monetária do saldo devedor da COPASA e dos juros compensatórios e atualização monetária sobre o saldo devedor dos Direitos Creditório Autônomos.

Em 30 de junho de 2023 foram contabilizadas provisões de imposto de renda e contribuição social diferida sobre o valor da receita financeira não realizada no período:



IRPJ e CSLL diferidos (em milhares de Reais)	IRPJ e CSLL Provisionado (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	66.405
IRPJ e CSLL sobre Receita não realizada COPASA	2.318
IRPJ e CSLL sobre Rec. não realizada Direitos Creditórios	(593)
Saldo em 30 de junho de 2022	68.130
IRPJ e CSLL sobre Receita não realizada COPASA	(1.591)
IRPJ e CSLL sobre Rec. não realizada Direitos Creditórios	9.633
Saldo em 31 de dezembro de 2022	76.172
IRPJ e CSLL sobre Receita não realizada COPASA	584
IRPJ e CSLL sobre Rec. não realizada Direitos Creditórios	(43.346)
Saldo em 30 de junho de 2023	33.410

22.2 Crédito fiscal a compensar

A Companhia possui créditos fiscais ativados contabilmente, relativos a prejuízos fiscais/bases negativas a compensar em períodos futuros, conforme valores a seguir discriminados.

A mensuração do ativo fiscal diferido está de acordo com a norma CPC 32 e este saldo é reduzido com os lucros fiscais disponíveis.

Crédito fiscal a compensar	CSLL (9%) e IRPJ (25%)
Prejuízo Fiscal Exercício 2012	120
(-) Compensação - Exercício 2013	(89)
Prejuízo Fiscal Exercício 2014	5.414
Prejuízo Fiscal Exercício 2015	9.294
Prejuízo Fiscal Exercício 2016	12.729
(-) Compensação - Exerc. Per. 2017 a 2021	(14.134)
(-) Compensação - Exerc. Per. 2022	(5.131)
(-) Compensação - Exerc. Per. 2023	(8.203)
Crédito fiscal total a compensar em 30/06/2023	0

23. Ativos e passivo financeiros

Os principais instrumentos financeiros são (i) Direitos Creditórios a Receber, cuja operação foi liquidada em junho de 2023 (nota 4.2), (ii) Créditos a Receber da Copasa e (iii) Debêntures de 1ª Emissão, com cronograma de pagamentos encerrado em abril de 2023 (nota 12.1).

Em 2022, a Companhia passou a registrar em suas demonstrações a mensuração do valor justo dos Direitos Creditórios pela diferença dos valores contábeis (mensurados anteriormente apenas pelo método dos juros efetivos), com os valores divulgados mensalmente pela Secretaria Municipal de Fazenda - SMFA, considerados como base para a estimativa do preço para transação do ativo.

No que tange aos Créditos a Receber da Copasa e Debêntures de 1ª Emissão, o valor justo desses instrumentos financeiros é considerado idêntico aos saldos contábeis e representados, respectivamente, nas notas explicativas nº 4.1 e 12.1, uma vez que são impossibilitados de serem negociados no mercado e que os Créditos a Receber da Copasa foram dados em garantia em contratos de PPP.

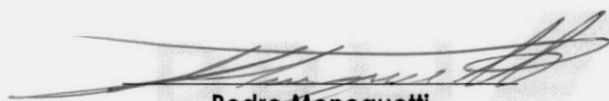
24. Transações com partes relacionadas

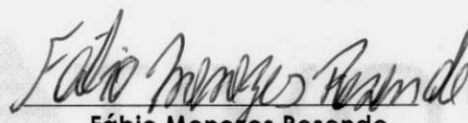
As operações realizadas entre partes relacionadas são relativas (i) à cessão de Direitos de Crédito Autônomos (Direitos Creditórios a Receber); (ii) à emissão de Debêntures de Primeira Emissão, subscritas pelo Município de Belo Horizonte, acionista majoritário e (iii) contratos de penhor para as PPP' da Saúde e da Educação, conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 5, 9 e 12. Tais operações foram realizadas em condições de mercado e levando em consideração as normas legais a que a PBH Ativos estão sujeitos.

Destaca-se, ainda, que durante o exercício de 2023 os fluxos recebíveis da COPASA e dos Direitos Creditórios não sofreram alterações que comprometessem os seus compromissos com os debenturistas e as garantias das PPPs a curto prazo.

25. Eventos subsequentes

A administração reconhece sua responsabilidade pela adequada apresentação e divulgação das demonstrações contábeis e reconhece que não há outros eventos subsequentes relevantes entre o encerramento do exercício findo em 30 de junho de 2023 e a data de aprovação dessas demonstrações contábeis datadas em 23 de agosto de 2023.


Pedro Meneguetti
Diretor Presidente


Fábio Menezes Resende
Contador - CRC/MG 079805/O-8

18

